



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS  
Salvador - BA - Brasil

---

A AUTOCONSTRUÇÃO DE MORÁDIAS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS: PARQUE JAIR,  
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO

**Luana Barros Barbosa** (UEMA) - luanabbarbosa.arq@gmail.com  
*Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo e pesquisador (LATESE/UEMA)*

**Manoel Fernando Moniz Filho** (UEMA) - mmoniz.au@gmail.com  
*Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo e pesquisador (LATESE/UEMA)*

**Nubiane da Fonseca Vieira** (UEMA) - nubianevieira@gmail.com  
*Arquiteta e Urbanista e pesquisador (LATESE/UEMA)*

**Roseane Caldas Souza** (UEMA) - roseanecaldas@gmail.com  
*Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo e pesquisador (LATESE/UEMA)*



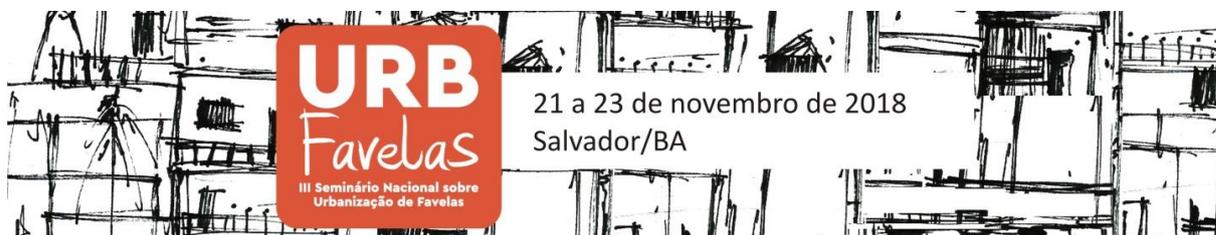
## **A AUTOCONSTRUÇÃO DE MORADIAS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS: PARQUE JAIR, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO**

### **RESUMO:**

Este artigo busca expor as práticas de posse de terreno, autoprodução de moradias e dos modos no Parque Jair, Município de São José de Ribamar, Maranhão, abordando o histórico do local, suas características físicas e ambientais, fruto do processo excludente de urbanização na Ilha de São Luís do Maranhão, demonstrando o potencial construtivo de uma massa trabalhadora que encontrou na autoprodução um meio de atender suas necessidades habitacionais e de espaço urbano. Nesse contexto o artigo ainda questiona a atuação de programas habitacionais que canalizam recursos destinados a solucionar o déficit habitacional no Brasil, apresenta a metodologia utilizada na seleção das moradias analisadas e comenta sobre a Lei de Assistência Técnica nº 11.888, aprovada em 2008, que garante à população de baixa renda o acesso gratuito a serviços de engenharia e arquitetura, que busca atenuar as circunstâncias da falta de moradia que se torna um problema para a grande quantidade de pessoas que vem para os centros urbanos e que buscam alternativas para a produção do espaço urbano e familiar.

**Palavras-chave:** Ocupação irregular, Autoconstrução da moradia.

ST – 1: Projeto, Superação de Limitações



## 1. INTRODUÇÃO

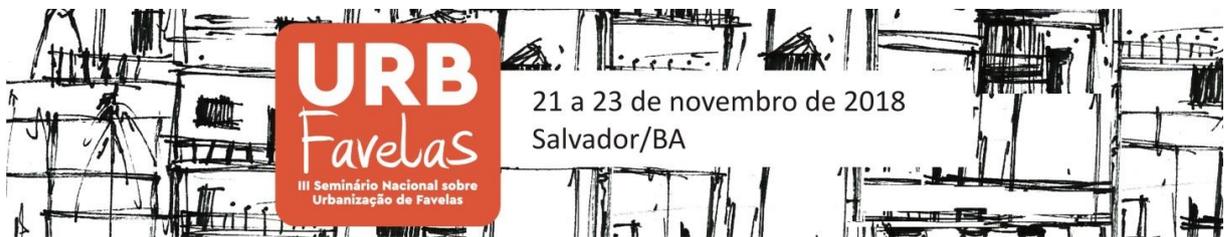
A Ilha do Maranhão (Upaon-Açu) está localizada ao norte do estado do Maranhão, compreendida pelos municípios de São Luís - capital maranhense, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, possui uma superfície de 1 453,1 km<sup>2</sup>, localizada no Golfão Maranhense, estuário dos rios Mearim, Itapecuru, Pindaré e Munim, primeiras vias de penetração ao interior do Estado. Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a ilha conta com uma população total de 1.309.330 habitantes, assim distribuídos: 1.014.837 em São Luís, 163.045 em São José de Ribamar, 105.121 em Paço do Lumiar e 26.327 na Raposa. A estimativa populacional de 2017 para a mesma é de 1.421.569 habitantes.

Burnett (2008) destaca dois tipos de urbanização em São Luís – núcleo fundacional da Ilha do Maranhão - como característica da maioria das cidades brasileiras, sendo o território da cidade dividido em urbanização tradicional, com origem na conquista portuguesa do século XVII, e a urbanização modernista, implantada no último quartel do século XX, quando o litoral foi conquistado. Diante dos dois modelos, discorreremos sobre a urbanização modernista, pois foi diante deste processo que se iniciou a expansão da cidade e “o crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceu o surgimento de ocupações irregulares [...]” (DINIZ, 2007 apud CUNHA et al. 2014). Sendo uma dessas ocupações, o Parque Jair, local de estudo do presente trabalho.

Quadro 01: Períodos da Urbanização Modernista em São Luís.

PERÍODOS		FATORES			
		POPULACIONAIS SOCIOCULTURAIS	ECONÔMICOS FINANCEIROS	POLITICOS ADMINIST.	LOCACIONAIS ESPACIAIS
URBANIZAÇÃO MODERNISTA	1965 A 2000	A migração como principal fator de crescimento populacional	O BNH e os grandes projetos nacionais em São Luís	Governo José Sarney, modernização adm. e Governo mil.	Novo eixo de expansão, agregação territorial e PD 1977
	1980 A 2000	Migração interna e ocupação ilegal de áreas urbanas	Suspensão de financiamentos e carência de recursos priv.	Democratização e eleições municipais	Consolidação dos Polos residenciais alta e baixa renda

Fonte: Adaptado de Burnett (2008)



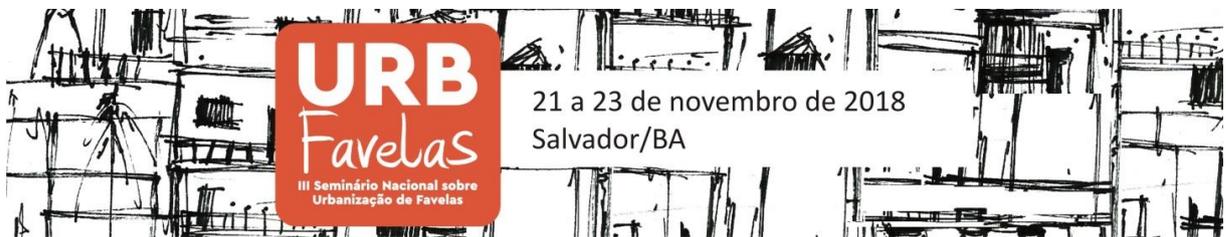
Burnett (2008) explica que a implantação dos ‘projetos especiais’ – Fábrica da Alumar, Porto do Itaqui e Corredor Carajás -, que atraíram inúmeras empresas prestadoras de serviços, consolidou a ideia de uma iminente explosão habitacional e levou a uma preocupação com a organização do espaço urbano por parte da Prefeitura. A partir da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, PNDU, o governo federal ofereceu assessoria técnica e linhas de financiamento para elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado dos municípios brasileiros. Dentro de tal contexto, as terras da União passaram a ser posse do município asseguradas por transferência da administração da Prefeitura de São Luís, que providenciou a regulamentação do espaço urbano, através do Plano Diretor de 1977. A partir da zonificação do território, ficou determinado o perfil socioeconômico dos futuros usuários, com as expansões ao Sul e a Leste - além do rio Bacanga e no eixo do Caminho Grande, expansão da cidade tradicional - às camadas mais pobres da população, enquanto as novas áreas litorâneas, conquistadas pelas pontes sobre o rio Anil, foram oferecidas aos mais ricos.

“O interior desta área, entre as faixas litorâneas e as margens do rio e já servido pelo sistema viário, é eleito como espaço preferencial para a implantação dos grandes conjuntos habitacionais destinados à classe média. Obrigado a adequar suas propostas urbanísticas à preexistência do sistema viário recém-construído, Prochnik projeta para São Luís um elevado crescimento populacional que tinha como justificativa a instalação aqui dos programas especiais do governo federal e que, segundo seus cálculos, possibilitaria o povoamento dos imensos espaços conquistados no território.” (BURNETT, p.137, 2008)

Segundo Serra (1991) apud Burnett (2008) o espaço periférico, de baixo valor pela distância e ausência de infraestrutura, tornou-se ideal para a instalação dos programas do então Banco Nacional de Habitação (BNH), com financiamento para construção de conjuntos residenciais para a população de média e baixa renda.

Diante desse processo junto com os desenhos de vias e implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais os interesses pessoais dos proprietários de terras eram também observados, conforme discorre Burnett (2008):

“[...] cientes da elaboração do planejamento urbano, provocam não só a venda de terrenos até então inacessíveis como a supervalorização daqueles que, com a passagem do asfalto, da luz e da água, se tornavam da noite para o dia, áreas nobres da nova expansão. (p.138)”



Com a extinção do BNH, os subsídios para moradia foram suspensos e os grandes projetos econômicos não ofertaram os empregos e salários apregoados, porém a migração do interior maranhense para a capital continuou crescendo, pois parte da população buscava melhores condições de vida, estes se dirigiam, às áreas periféricas, sendo reservas ambientais da cidade ou não. (BURNETT, 2008)

Burnett (2008) expõe que, assim como, a ponte para o rio Anil abriu o caminho para a faixa litorânea pelas classes média e alta, a barragem do Bacanga - acesso ao porto do Itaqui - disponibilizou áreas para loteamentos populares, como o Bairro do Anjo da Guarda, com moradias executadas no sistema de autoconstrução.

Diante desse contexto, juntamente com a compreensão do processo histórico de consolidação do Bairro Parque Jair, dos estudos literários sobre autoconstrução das moradias e das experiências observadas em visita de campo ao local, será ressaltada a produção da moradia na área, suas condições e os modos de morar.

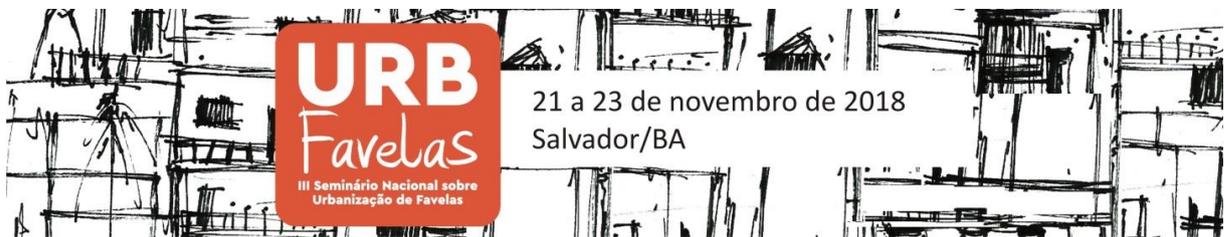
## 2. HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE JAIR

Localizado na Ilha de São Luís, Maranhão, o Parque Jair encontra-se na porção oeste do município de São José de Ribamar, próximo à divisa entre este e o município de Paço do Lumiar. Fronteiriço a cursos d'água pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Paciência possui relevo pouco acentuado sem grandes riscos de desmoronamento ou alagamentos.

Figura 01: Localização do Parque Jair, São José de Ribamar - MA.



Fonte: Google Earth com edições dos autores, 2018.



No contexto histórico, a partir da década de 70 a cidade de São Luís passa por importantes transformações motivadas pela soma de dois importantes fatores, as migrações promovidas pelo êxodo rural e o processo de concentração de empreendimentos econômicos na capital maranhense. O solo urbano da capital maranhense passou a ser uma mercadoria pouco acessível para as camadas sociais de menor poder aquisitivo à procura de habitação, obrigando tais camadas a ocupar zonas periféricas da própria São Luís e de cidades vizinhas, principalmente através de invasões, de espaços públicos ou privados, originando as chamadas ocupações irregulares (CUNHA et al. 2014, p.1). Neste contexto, o Parque Jair, com sua ocupação iniciada em 1996, se apresenta como fruto do processo excludente de urbanização na Ilha de São Luís.

Segundo Aguiar (2017, p. 28), a história do Parque Jair se divide em três fases:

Quadro 02: Divisão dos períodos históricos do Parque Jair.

<b>1º FASE</b>	PERÍODO ANTERIOR AO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO
<b>2º FASE</b>	A OCUPAÇÃO
<b>3º FASE</b>	CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO

Fonte: Adaptado de Aguiar (2017).

Em sua primeira fase, como aponta Aguiar (2017, p. 28), o área atual do bairro era ocupada por um loteamento chamado Nova Era que, ocupado no ano de 1996 por pessoas advindas da cidade de São Luís e do interior maranhense fundaram o Parque Jair. Seu nome foi dado em homenagem a Raimundo Nonato Jairzinho da Silva, popularmente conhecido como “Jairzinho”, conhecido radialista, apresentador de programas televisivos, deputado estadual, vereador e vice-prefeito, que se tornou um dos principais personagens na história das ocupações da Ilha do Maranhão liderando tais movimentos pelo que se acredita serem razões políticas. (MATOS, 2014 apud AGUIAR, 2017, p.28).

Com um início marcado por violenta disputa de terras entre novos e antigos proprietários, a consolidação do bairro ocorreu através de improvisos e dificuldades. As casas inicialmente foram erguidas em taipa de mão com cobertura de palha, a distribuição da energia elétrica sustentada por postes de madeira, chegava às moradias através de ligações clandestinas



efetuadas pelos próprios moradores. O acesso à água era estabelecido por meio de poços artesanais privados, pela compra de tonéis cheios de água transportados por carroceiros ou ainda pela solidariedade de vizinhos com poços que permitiam a coleta de água (AGUIAR, 2017, p.30).

No Censo 2010 o bairro foi classificado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como um dos 87 Aglomerados Subnormais identificados no estado do Maranhão. Segundo o último Censo realizado, IBGE (2010), a população residente no bairro era de 3.511 habitantes naquele ano. Com um maior percentual do grau de escolaridade da população de 25 anos ou mais naqueles que terminaram o ensino fundamental, 54%, em contraste com o percentual daqueles que concluíram o ensino superior, apenas 2%. Com uma realidade igual à encontrada em outras ocupações irregulares, possui um baixo rendimento da população residente da área, com um valor de 323,29 reais de renda per capita.

Atualmente, mais de vinte anos após o início de sua ocupação a infraestrutura do local ainda apresenta várias deficiências. Com uma coleta de lixo deficiente, o acúmulo de lixo é uma ocorrência comum nas esquinas da principal rua do bairro, Avenida Carlos Augusto, que também é o eixo fundacional do bairro. O sistema de esgoto é inexistente e o abastecimento de água ainda é um problema atingindo apenas metade das residências encontradas no bairro segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano.

Figura 02: Avenida Carlos Augusto e detalhe - imagem da direita - do acúmulo de resíduos.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018.



Figura 03: Ruas do bairro sem infraestrutura e com problemas de abastecimento de água.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018.

### 3. AUTOCONSTRUÇÃO COMO ALTERNATIVA

A origem das casas autoconstruídas no Brasil remonta à segunda metade do século XIX, quando o fim da escravidão e o incremento dos movimentos imigratórios internacionais ocasionaram um aumento descontrolado da densidade populacional nos centros urbanos. A população menos favorecida encontrou problemas em arrumar lugar para morar, já que não tinham capital para comprar uma moradia e não havia moradia disponível para todos. A solução encontrada por eles, foi edificar sua própria residência. A partir do século XX o problema da habitação se agravou, o aspecto higiênico começou a preocupar as autoridades que acabaram por criar leis para regularizar as construções populares. Apesar disso os mais pobres continuaram incapacitados de construir dentro das normas legais e dos padrões de higiene exigidos, morando em casas precariamente concebidas e construídas, primeiro porque era o meio mais barato de se morar, depois porque - morando bem ou mal – o seu desejo maior era ter um telhado para abrigar a família (LEMOS, 1976).

Segundo Maricato (2006), a massa trabalhadora migrante constrói sua própria casa nas periferias, como faziam no campo, é maciçamente assalariada e perfeitamente integrada numa economia urbana industrial capitalista, se ela mantém algumas práticas de subsistência é porque não lhe resta outra alternativa. Se o Estado ignora o assentamento residencial da classe



trabalhadora urbana, é principalmente porque essa classe não constitui demanda econômica para pagar esses bens e serviços, ou seja, não possui espaço no mercado imobiliário.

A autoconstrução, dessa maneira, se torna a principal produção de habitação popular, com salários baixos, a construção da moradia leva anos antes de se completar e consome boa parte das economias. As construções não são exclusivamente habitacionais contam também, no processo de autoconstrução, edifícios de uso coletivo como igrejas, bares, associações, etc. e com o auxílio de outros membros da comunidade para execução das obras, já que alguns possuem o ofício ou dominam algum tipo de técnica construtiva.

Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, dos semi-preparados, com uma gama imensa de aparelhos os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em urbano, fundamental para a manutenção da oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço, sem que o orçamento "público" se desvie de outras finalidades na aplicação. (MARICATO, 1982)

Ainda de acordo com Maricato (1982), as condições habitacionais resultantes desse modo de produção da casa e do espaço urbano, são bastante conhecidas pelos relatórios técnicos oficiais dos órgãos do governo. O adensamento habitacional (número de habitantes por área construída ou por cômodos), a coabitação familiar (mais de uma família por domicílio ou família mais parentes e/ou amigos), a insalubridade, a iluminação precária, ventilação precária, são elementos de uma lista bem extensa assim como a má condição de saneamento, às vezes resultado da impossibilidade de extensão da rede de água e esgoto, ou de soluções de captação coletivas nos bairros de periferia, a repetição de uma fossa em cada terreno, leva a contaminação do lençol freático e portanto da água coletada em cada poço.

Órgãos e programas como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o extinto Banco Nacional da Habitação entre outros, canalizam recursos destinados a solucionar o déficit habitacional no Brasil com importante papel de repassar esses recursos para uma variedade de agentes privados. O BNH, por exemplo, que desviou a aplicação de seus recursos financeiros na habitação popular para investi-los em habitações de alto e médio padrão e para obras de infraestrutura (transporte, saneamento, equipamentos urbanos, drenagem), buscando evidentemente atingir um mercado com poder aquisitivo que pudesse fazer frente aos preços dos imóveis e às taxas de juros e correções monetárias; o PMCMV, que constrói conjuntos



habitacionais em terras baratas e distantes, pois levar a cidade até os mais pobres têm o resultado socialmente muito caro, são lógicas de extensão da cidade, alimentando aquilo que ocupa o lugar central da desigualdade urbana: a valorização imobiliária e fundiária. (MARICATO, 2009)

Segundo Turner (1976), é desejável que o processo de habitação seja baseado em uma autonomia local e no controle direto ou indireto do morador para que se possa garantir uma escala menor, a variedade e a flexibilidade esperadas, não significando que cada família deva construir sua casa, mas que estas pessoas sejam livres para realizar o que puderem para melhorar seus lares e bairros.

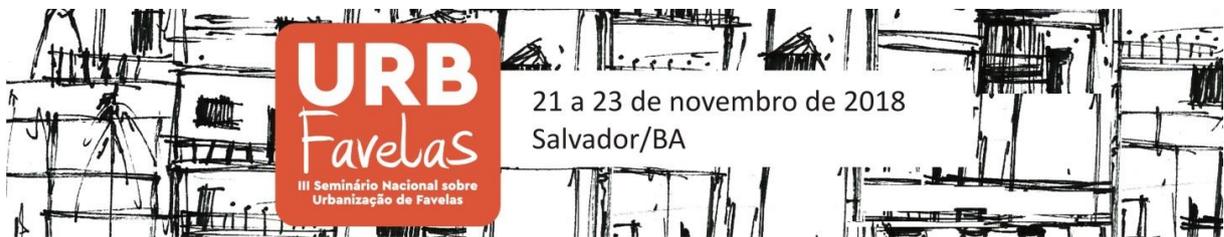
Assim sendo, o ideal para o desenvolvimento da habitação nas grandes cidades é migrar de programas de fornecimento de habitações ou de construção direta para aqueles de fornecimento de terra, de novos sítios e de serviços básicos, evitando assim que ocorram novas invasões e que a população tenha o essencial a preços compatíveis com sua renda. Além disto, quando se garante a posse legal dos terrenos para seus respectivos moradores incentiva-se a segurança do investimento na construção das casas, que com o passar do tempo vão ganhando mais e mais melhoramentos (TURNER, 1990).

Outra característica das moradias populares autoconstruídas é a utilização de técnicas tradicionais de construção, a arquitetura tradicional é feita de forma artesanal, quase todo o material é extraído da natureza, dependendo dos recursos disponíveis, as peças são manufaturadas, diferente dos materiais “modernos” que possuem alto custo de mão de obra e produção em grande escala.

De acordo com Fathy (1980), o potencial desse método construtivo e a necessidade de reconhecimento desse saber milenar, tanto com o intuito de salvaguardar um patrimônio cultural quanto o de valorizar aqueles que o usufruem e que são marginalizados frente aos avanços tecnológicos, desenvolveram habitações que fizessem uso dessa técnica e que fossem acessíveis à população de baixa renda, satisfazendo três parâmetros: técnico, material e econômico.

#### **4. PESQUISA DE CAMPO NO BAIRRO PARQUE JAIR**

A autoconstrução da moradia popular - processo de trabalho calcada na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares (MARICATO, 1982) é tema



presente em inúmeros trabalhos e debates acadêmicos há alguns anos (AUGUSTO e BASTOS, 1997; JACOBI, 1981; MARICATO, 1982; OLIVEIRA, 2006; WATRIN, 2003).

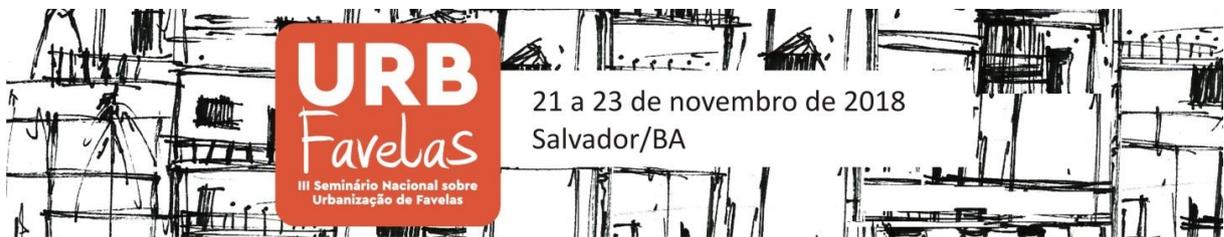
Grande parte dos trabalhos e discussões que giram em torno da autoconstrução da moradia popular perpassam pelo trabalho de campo, onde o pesquisador se propõe a conhecer e vivenciar seu objeto de estudo. Segundo Kapp (2017), o problema central nesse sentido é a abordagem que arquitetos, urbanistas e planejadores utilizam para apreender o mundo social especializado de grupos vulneráveis.

O clássico conjunto de levantamento técnico e diagnóstico implica protocolos e avaliações a partir de categorias predeterminadas, aos quais os grupos afetados podem, quando muito, acrescentar informações (BALTAZAR, 2012; KAPP, 2012). Nesse sentido, deve-se elaborar uma metodologia de trabalho de campo que se adequa ao contexto na qual será realizada, objetivando obter dados relevantes sobre a comunidade.

Segundo Watrin 2013, às moradias populares autoconstruídas são, em sua grande maioria, construídas por etapas sendo ampliadas à medida que a família cresce ou as condições de vida melhoram. Desta forma a casa autoconstruída típica e fundamentalmente constituída de um núcleo principal ou inicial e pode variar desde o cômodo único até ao complexo de muitos cômodos distribuídos sem muito nexos e acompanhado de dependências externas.

Com o objetivo de compreender o modo de vida, os processos de autoprodução da moradia popular urbana no bairro do Parque Jair, seus regimes de propriedade do solo, morfologias dos ambientes construídos, tipologias arquitetônicas e relações com os modos de vida e trabalho de seus ocupantes, foi desenvolvido o levantamento de dados da moradia popular autoconstruída no bairro citado anteriormente, onde se fará uso das experiências observadas nas visitas de campo. Com as visitas realizadas na área foi possível observar características iniciais relacionadas à organização social, as condições de moradia e as relações sociais daquela população.

Antes da etapa do trabalho de campo, foram definidos os questionários e métodos de registros iconográficos – mapas, desenhos, fotografias -, coleta de informações a partir de entrevistas semiestruturadas – que permitem abertura para situações novas postas pelos entrevistados - e formulários, indispensáveis para organizar observações gerais captadas durante os processos. Aplicação prática dos procedimentos das etapas anteriores, o trabalho de campo se apresenta como o momento do contato direto dos pesquisadores com o objeto de



estudo, possibilitando avaliação e validade dos instrumentos pensados para sua compreensão e apreensão.

O trabalho realizado no bairro do Parque Jair consistiu em entrevistas semiestruturadas, onde se observou questões relacionadas ao contexto em que a moradia autoconstruída está inserida, atividades realizadas no lote, como acontecem as relações sociais e as formas de morar.

Também foram realizados levantamentos físicos das habitações, assim como da implantação dos anexos em torno da casa, estes em nível de croqui, com objetivo de entender as relações entre moradia, vida e produção, assim como foram feitos levantamentos iconográficos das moradias e dos lotes.

Para que todo o processo fosse feito, foram realizadas três visitas na área. A primeira foi a visita preliminar ao local, para se obter informações gerais e selecionar as casas onde a pesquisa seria desenvolvida. Foi estabelecido - com o auxílio de um mapa da área e a ajuda de moradores do lugar - um roteiro de caminhada e observação.

Segundo o IBGE (2010), o Parque Jair é considerado um aglomerado subnormal dividido em 8 setores censitários, mas para efeito desta pesquisa considerou-se apenas os setores dentro do perímetro demarcado. Essas são áreas que mais se aproximam do núcleo fundacional do bairro, por isso foi feita a escolha desse recorte contemplando as ruas originárias, que fazem homenagem às pessoas que participaram da fundação do lugar.



Figura 04: Recorte núcleo fundacional do bairro.



Fonte: Google Earth com edições dos autores, 2018

Dentro desse recorte, foram selecionadas doze casas, mas o desenvolvimento do trabalho resultou em uma amostragem de 08 famílias que residem no local. No processo de seleção das casas, além de analisar o contexto e as características que elas estão inseridas, analisa-se também suas tipologias arquitetônicas e os métodos construtivos, deixando mais diversificado o objeto de estudo.

Figura 05: Dois exemplares de casas encontradas no bairro - a esquerda temos uma construída em taipa de mão e a direita uma casa de dois pavimentos que ocupa todo o lote.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018



Figura 06: Casa que se destaca devido às características do seu entorno.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018.

Grande parte das residências possuem lotes médios - entre 8x20 a 30x20 - e são térreas feitas de alvenaria, e muitas das vezes inacabadas, o que faz com que a cor alaranjada dos tijolos seja predominante na paisagem urbana (AGUIAR, 2017, p.37). A tipologia dominante no bairro é a porta e janela - casa que apresenta em sua fachada apenas uma porta e uma janela.

Figura 07: Casa de alvenaria de tijolo cerâmico sem acabamento a esquerda - e tipologia dominante no bairro Parque Jair - a direita.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018

As pessoas vão construindo suas casas sem um planejamento prévio caracterizando um ciclo vicioso construir-demolir-reconstruir que permeia os bairros autoconstruídos. No Parque Jair isso é bastante presente por se tratar de um aglomerado subnormal.



## 5. O ESPAÇO DA MORADIA NO PARQUE JAIR

Segundo Arruda (2007, apud VIERIA, 2017, p.55), o espaço da moradia é aqui compreendido como a casa e o lote em que está inserida, mesmo que no espaço urbano o lote - em muitos casos - tenha menos uso que a casa. Onde as relações que permeiam as famílias não acontecem em ambos, tendo cada um a função que lhe cabe. Quando se fala do lote em que as casas visitadas se encontram, é percebido que eles são utilizados para secagem de roupas, plantações de árvores frutíferas e raros casos para lazer. O lote, no geral, não é um espaço de produção e trabalho.

Conforme a pesquisa identificou no levantamento de campo o lote da casa no Parque Jair abriga: árvores frutíferas, depósitos de materiais que serão utilizados para ampliação da casa, banheiros, local para reservatório de água, casa de outros parentes, locais de lazer improvisado, mas há casos em que a própria construção da casa ocupar todo o lote. A delimitação - testada dos fundos ou das laterais - desse lote é feita de alvenaria, cerca de madeira, tecido, lona ou por materiais metálicos.

Além da visita de reconhecimento do local, foram feitas mais duas. Como já foi dito, doze casas foram selecionadas, mas apenas oito famílias foram visitadas pela equipe - isso aconteceu pois alguns moradores não estavam em casa ou se recusaram a participar. Foi possível perceber dentre as casas visitadas no bairro boa parte das construções foi feita a partir da autoconstrução, onde os próprios moradores com ajuda de familiares, vizinhos e amigos construíram suas casas, com o conhecimento da técnica que é passado de geração para geração, carregada de saberes locais que permitem o construir de um espaço para se viver.

Quanto aos sistemas construtivos predominantes das habitações analisadas no Parque Jair, percebe-se a utilização das construções em alvenaria de tijolo cerâmico, com paredes internas altamente desgastadas e sem revestimento e diferente da parte externa que é bem revestida e conservada. Como característica deste tipo de construção, foi percebida nas visitas que a sensação térmica destas casas, mesmo sendo com materiais que não são considerados bons isolantes térmicos, não é prejudicada. A ventilação cruzada e o grande número de árvores no lote favorece o conforto térmico.

Considerando a predominância de casas de alvenaria de tijolo cerâmico o material para construção foi comprados no próprio bairro ou em lojas de fora maiores, sendo muitas vezes



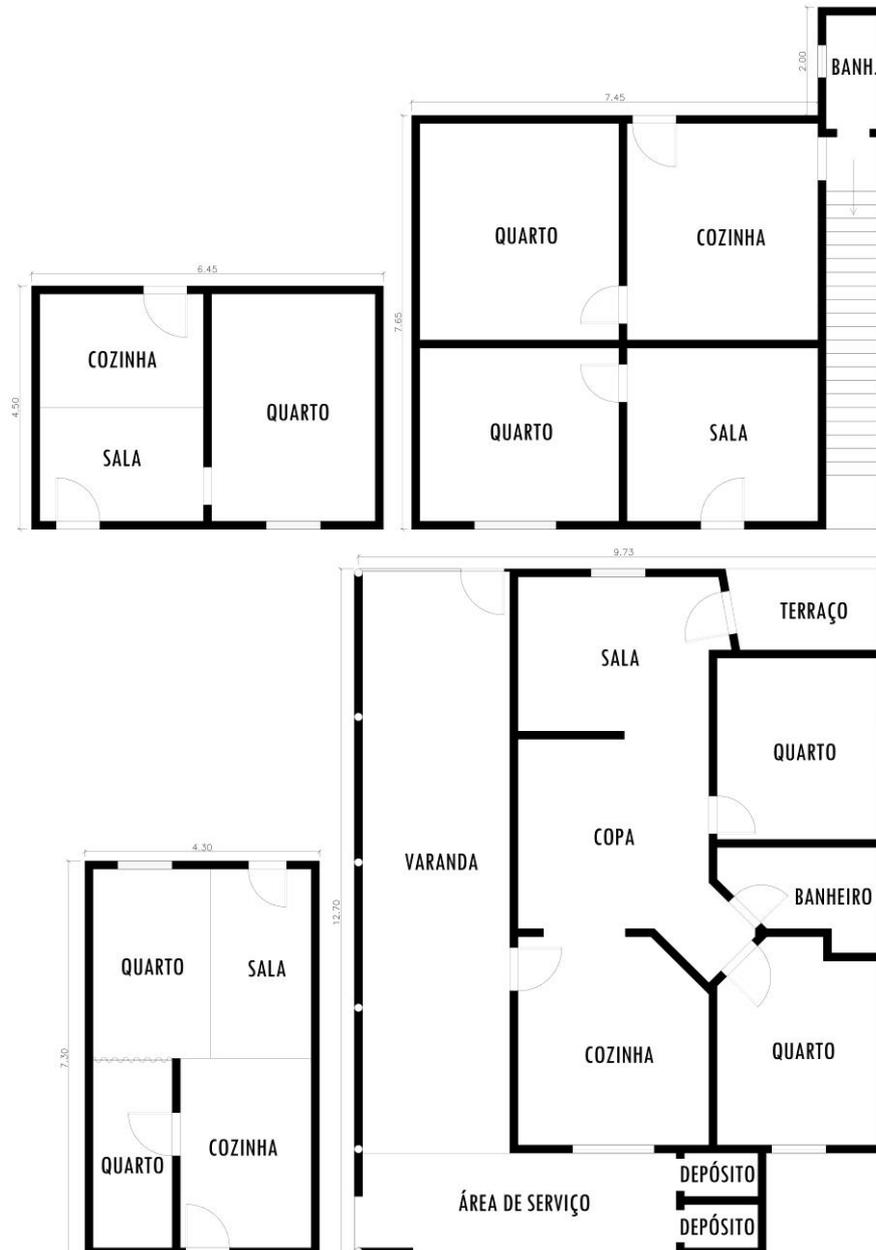
comprado em pequena quantidade e estocado em algum cômodo já existente ou em casa de terceiros. Uma das casas visitadas é de taipa de mão, onde o barro coletado é das localidades próximas. Porém, existem casos em que as casas já foram compradas prontas e se ampliaram com o decorrer das necessidades do morador.

É importante salientar que a concepção arquitetônica da casa, em todos os casos, foi feita pelo próprio morador, com a ajuda de amigos ou de outros familiares, sem apoio de um profissional especializado - arquiteto ou engenheiro. Muitas vezes apresentam falhas na estrutura, que também podem ser percebidas nas proporções verticais e horizontais da casa, sendo então necessário um aperfeiçoamento que inclua saberes locais trabalhados juntamente com saberes técnicos. No que diz respeito às coberturas, o material predominante é a telha cerâmica ou de fibrocimento. A estrutura de suporte das coberturas é em madeira, tanto com ripas e caibros adquiridos no mercado.

Quanto às esquadrias encontradas nas habitações, o predomínio dos tipos de portas e janelas é a madeira, porém ela é encontrada tanto da forma comercializada pelo mercado, quanto como ripas de madeira, que indicam serem criadas pelos próprios moradores, é muito comum também o uso de cortinas no lugar de portas e janelas. A sala e os quartos nem sempre são dotados de esquadrias o que impossibilita a ventilação e iluminação natural. Relacionados ao tipo de piso predominante nas habitações estudadas, encontra-se principalmente o piso cerâmico.

Os ambientes das casas, é notado o ambiente da frente com a presença da sala, que é o local de acesso das moradias, destinado ao estar das famílias e à recepção das visitas, em algumas casas o acesso principal é feito pela cozinha. No que se refere a setorização dos outros ambientes não se tem uma constante. Os quartos podem ser voltados para corredores ou para sala de estar ou jantar e quantidade varia de um a dois por casa. A cozinha sempre ao fundo da casa, que em alguns casos é intermediada por uma copa.

Figura 08: Zonificação dos ambientes das amostras de algumas casas estudadas.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018.

O mobiliário das casas é simples, na sala encontramos sofás ou cadeiras e pequenos móveis ou rack que suportam a televisão - também pode ser encontrada no quarto ou na cozinha -, os quartos possuem camas de casal ou solteiro e uma guarda roupas, na copa e na cozinha temos fogão a gás, geladeira, cadeiras, mesas - essa mesa pode ser encontrada também sala - e armários.

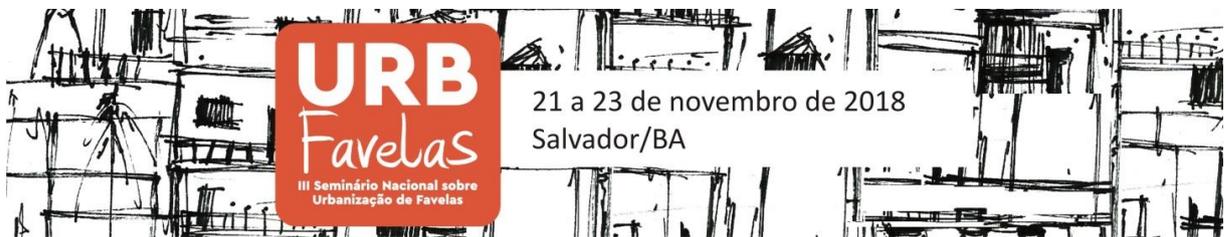


Figura 08: Rack metálico - imagem da esquerda - e sofás junto ao mobiliário da sala - imagem da direita.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018

Figura 09: Quartos com mobiliários de duas casas onde foi feita a pesquisa.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018

Figura 10: Mesa, geladeira, fogão a gás e utensílios domésticos compõem as cozinhas.



Fonte: Grupo de pesquisa LATESE, 2018



As moradias na sua totalidade apresentam serviços inacabados como: falta de revestimentos internos e externos, de esquadrias, de piso, acabamentos no banheiro e na área de serviço. Observou-se que é de desejo das famílias visitadas aumentar, finalizar o que já tem construído ou construir uma nova casa no próprio local ou fora do bairro.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após transformações ocorridas pelo processo exclusivo de urbanização e do êxodo rural em São Luís do Maranhão, o solo urbano passa a ser uma mercadoria de grande valor comercial o que levou os pobres a ocupar zonas mais periféricas da cidade e é neste contexto que o Parque Jair surge, em 1996, inicialmente sem infraestrutura o bairro teve um começo conturbado não deixando opções para os seus moradores a não ser autoproduzir suas moradias, construções de taipa de mão e cobertura de palha eram muito comuns em seu início.

Dessa forma, a classe trabalhadora adota o sistema de autoconstrução para atender as necessidades de moradia, importante ressaltar que a autoconstrução não abrange apenas a casa, mas também creches, sedes de sociedades, igrejas, entre outros, se estende, portanto, para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual, às vezes levando anos e economias, buscando aos poucos, melhorias e aprimoramentos das mesmas.

Então, são nessas circunstâncias que a falta de moradia se torna um problema para a grande quantidade de pessoas que vem para os centros urbanos, de acordo com Turner (1968), a condição urbana no Brasil se apresenta tão dinâmica e caótica quanto a de qualquer outro país em rápido processo de urbanização e o planejamento urbano e política habitacional refletem os mesmos erros encontrados nos demais países em idênticas condições de desenvolvimento, os conjuntos habitacionais eram parte de uma solução comumente adotada por países altamente industrializados, não sendo soluções plausíveis para países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Tentar aplicá-los aqui seria, segundo ele, impor um modo de vida não pertencente ao das pessoas de baixa renda, moradoras das favelas, ou de qualquer outro assentamento informal.

“Mostraram-me problemas - favelas, mocambos, alagados, etc. - que considero soluções. E me mostraram soluções - conjuntos habitacionais de baixo custo - que eu chamo problemas” (Turner, 1968).

Os programas habitacionais como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), não dão tanta atenção, e quase nenhum estímulo, às alternativas para produção de habitação de



interesse social em pequena escala e que vise autonomia dos moradores, segundo Schumacher (1981), na produção do espaço habitacional, há outro entrave ainda mais fundamental que é a reprodução da atuação profissional convencional atropelando qualquer iniciativa na direção de superar os arranjos sociais institucionalizados. A prática do arquiteto continua preservada, gerando um hiato entre a autoprodução, praticada pela maioria dos diretamente interessados, e o campo arquitetônico convencional.

No Brasil, foi aprovada em 2008 a Lei de Assistência Técnica (Lei nº 11.888) que deve garantir à população de baixa renda o acesso gratuito a serviços de engenharia e arquitetura. Por ora, não houve aplicação sistemática desta lei, porque não se definiu sua fonte de recursos. Mas sendo esse aspecto institucional resolvido mais cedo ou mais tarde, caberá ponderar o que os profissionais farão com tais possibilidades, isto é, se ampliarão a dependência das pessoas em relação a seus serviços ou se ampliarão suas possibilidades de autonomia. (KAPP, 2012)

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. **Espaço público: Democratizando o lazer no Parque Jair**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço "concebido" e o espaço "vivido" da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. 2007. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde19052010-094729.

BURNETT, C. F. L. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2008. 230 p.

CUNHA, C. S., LUCENA, L. d., SILVA, R. A., & DINIZ, J. S. **O processo da segregação socioespacial em São Luís e suas implicações no bairro Divinéia**. Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

DINIZ, Juarez. Soares. **A Dinâmica do Processo de Segregação Sócio-espacial em São Luís (MA): o caso da Vila Cascavel**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

FATHY, Hassan **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres** – tradução de Maria Clotilde Santoro – Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Banco de dados agregados – SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 28 de junho de 2018.

KAPP, S. et Al. **Arquitetos nas Favelas: Três Críticas e uma Proposta de Atuação**, comunicação no IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia, Inovação e Responsabilidade, 12 a 15 de novembro de 2012, Florianópolis, Sta. Catarina, disponível em [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05\\_biblioteca\\_2/index.php](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/index.php) acesso em 03 de fevereiro de 2017.

KAPP, Silke. **Levantamento Sócio-espacial: um método num vilarejo**. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/24744>. Acesso em 01 de junho de 2017.

MARICATO, E. **Autoconstrução, a Arquitetura Possível**. In MARICATO, E. (Org.) A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 71-93.

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. Cadernos MetrÓpole, n.21, p. 33-52, 2009.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1991.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TURNER, J. F. C. **Housing by people: towards autonomy in building environments**. London: Marion Boyars Publishers Ltd., 1976.

WATRIN, V. R. **O Significado da Tradição na Autoconstrução de Moradias**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.